

**Stavros Stavrides**

**“Espaços comuns emergentes enquanto desafios à cidade da crise”**

**Setembro de 2014**

Este artigo explora as ligações potenciais entre o projecto de uma autonomia emancipadora e o *commoning*<sup>1</sup> urbano, traçando o desenvolvimento de experiências relacionadas com a criação de espaços comuns na Atenas fustigada pela crise. Nele se afirma que, para o *commoning* se manter enquanto força ativa contra os cercos [enclosures] sociais e urbanos, tem de se permanecer fonte de contágio, expandir-se e ultrapassar as fronteiras de qualquer comunidade definida. Espacialidades limiáres formam espaços comuns com o apoio de um *commoning* expansível. Além disso, instituições de *commoning* expansíveis mantêm-se correspondentemente abertas e osmóticas por assegurarem que ações coletivas se tornam comparáveis, traduzíveis umas às outras e controladas por mecanismos que impeçam qualquer forma de acumulação de poder. O espaço da cidade, assim, não é apenas transformado e reclamado através de práticas de expansão de *commoning* mas, também, contribui activamente para formar as instituições de *commoning*.

Na Atenas de hoje podemos traçar os efeitos devastadores que a intensificação da financeirização da economia capitalista tem tido nos processos de reprodução social e urbana. Podemos, contudo, descobrir formas emergentes de resistência às políticas da crise capitalista, as quais se relacionam com actos que transformam o espaço público. Tais actos moldam o espaço urbano como um meio para criar novos laços sociais e para construir formas de luta e sobrevivência coletiva.

As elites governantes, as quais imaginaram que poderiam livrar-se dos obstáculos que o trabalho cria ao lucro (Midnight Notes Collective 2009) enfrentam duas tarefas políticas cruciais. A primeira é assegurar que as relações sociais continuem a constituir indivíduos enquanto sujeitos económicos, enquanto sujeitos cuja conduta e motivações possam ser analisadas, canalizadas, previstas e, em última instância, controladas pelo mero uso de parâmetros e medidas económicas. A segunda é assegurar que as pessoas continuem a actuar e sonhar sem participar em qualquer forma de ligação e coordenação com outros. É contra estas políticas dominantes que as pessoas estão crescentemente a re-descobrir a importância de tomar as suas vidas pelas suas próprias mãos. A criação de espaços comuns é um espaço essencial nessa direcção.

Práticas emergentes de *commoning* urbano em Atenas podem ser relacionadas com dois eventos cruciais que catalizaram processos de consciencialização dissidente: a insurreição da juventude em Dezembro de 2008 (Stavrídes 2010a) e a ocupação da Praça Syntagma em 2011. Ambos os eventos produziram experiências colectivas que reclamaram a cidade como um ambiente potencialmente libertador e reformularam questões cruciais que caracterizam políticas emancipatórias. Neste contexto, a cidade torna-se não só o cenário como também o meio de experimentação colectiva com formas possivelmente alternativas de organização social.

Para alguns, o projecto da autonomia pode ser descrito como o processo que cria entidades sócio-espaciais completamente independentes, as quais se tornam capazes de reproduzir-se a si próprias sem recurso a periferias/exteriores social e politicamente hostis. Desta forma, áreas autónomas encontram-se destinadas a criar as suas próprias regras e as pessoas habitam nelas por seguirem essas mesmas regras.

---

1 [nt] “Commoning” é um conceito proposto por Peter Linebaugh que remete para a produção do e em comum.

O estado Grego quis (e ainda quer) sustentar o mito de um “fora” dissidente e marginalmente localizável, porque assim pode intervir “cirurgicamente” quando esmagar de forma paradigmática qualquer comportamento dissidente dando, ao mesmo tempo, a impressão que estes comportamentos só podem existir em espaços isolados. A insurreição da juventude de Dezembro mudou o foco da comunicação social e da polícia do alegadamente *anomic* (desorganizado, alienado, sem leis) enclave Exarchia para muitos dos bairros de Atenas e outras das maiores cidades gregas (Stavrídes 2010a). O estado simplesmente não pôde apresentar a insurreição de Dezembro como mais um incidente centrado em Exarchia e em “tumultos de hooligans”.

Espaços autónomos podem ser representados como espaços separados, espaços que são imaginados para serem enclaves libertados e cercados por um ambiente capitalista hostil. Através de uma metáfora espacial poderosa, autonomia é equacionada como espacialmente distintiva, para circunscrever áreas que são definidas pela sua exterioridade em relação ao resto da cidade e sociedade.

O projecto “Occupied Navarinou Park”, porém (bem como muitas iniciativas de bairro depois da ocupação da praça Syntagma), aponta para um imaginário diferente de emancipação autónoma. Sempre porosa e aberta a novos e potenciais utilizadores, Navarinou Park pode exemplificar uma experiência espacial bem como uma metáfora espacial que vai além e contra a experiência e metáfora do enclave (Atkinson and Blandy 2005; Graham and Marvin 2001; Marcuse and Van Kempen 2002). O perímetro poroso do parque é definido por arranjos espaciais que adquirem as características de um limiar em vez do de um limite. Na realidade, o próprio parque pode ser considerado como um limiar urbano multi-nível e multiforme.

A espacialidade limiar pode abrigar e expressar práticas de *commoning* que não estão contidas em mundos isolados partilhados por comunidades isolados de comunizadores. Os limiares simbolizam explicitamente a potencialidade de partilhar através do estabelecimento de áreas intermediárias de cruzamentos, através da abertura do interior ao exterior. Como mecanismos que regulam e dão significado aos actos de passagem, eles podem tornar-se ferramentas importantes na construção de instituições de um *commoning* expansível. Muitas sociedades controlam estrita e audaciosamente limiares simbólicos e reais porque as pessoas podem “perder o seu caminho” e descobrir potenciais mundos comuns que se encontram para além das correspondentes hierarquias estabelecidas pela sociedade. Porém, no processo de um *commoning* expansivo que desafie directamente os cercos [enclosures] da sociedade capitalista, os limiares podem tornar-se tanto a imagem como o palco de experiências emancipatórias de partilha. Os limiares são potenciais sócio-espaciais de “artifícios da igualdade” (Rancière 2010, 92).

Estes projectos sugerem que talvez devamos abandonar uma visão da autonomia que fantasia com enclaves não-contaminados/puros de emancipação (Negri 2009, 50; Stavrídes 2009, 53). As experiências prevalecentes de cercos [enclosures] urbanos e os imaginários dominantes de enclaves com identidades reconhecíveis colonizam o pensamento e a acção daqueles que procuram ir além da hegemonia capitalista. A experiência limiar e a metáfora limiar oferecem um contra-exemplo à dominante cidade de enclaves (Stavrídes 2010b). Em vez de perpetuar uma imagem da cidade capitalista como um arquipélago de ilhas-enclaves, necessitamos de criar espaços que, de forma criativa, coloquem em causa esta ordem urbana peculiar através de um confronto com taxonomias dominantes de espaços e vidas tipificadas. Estes espaços-como-limiar adquirem uma incerteza, talvez precária mas também uma existência

contagiosa: eles tornam-se catalisadores ativos na presença de compostos químicos potencialmente explosivos.

Isto é onde o problema das “instituições de *commoning*” (Roggero 2010, 369) emerge. Pela sua própria constituição enquanto ferramenta de organização social, uma instituição tende a circunscrever uma comunidade como mundo fechado de práticas sociais previsíveis e repetíveis. Assim, as instituições de *commoning* também podem ser utilizadas para definir práticas de *commoning* específicas e a correspondente comunidade de comunizadores como um mundo de auto-reprodução fechado. Contudo, isto pode – e muitas vezes faz – levar a formas de fechamento (Angelis and Stavrides 2010, 12). Para o *commoning* se manter enquanto força que produz formas de cooperação-através-da-partilha, tem de ser um processo que ultrapasse os limites de qualquer comunidade estabelecida, mesmo que essa comunidade aspire a ser uma comunidade igualitária e anti-autoritária. Os sujeitos emergentes de ações de *commoning* transformam-se a si próprios por estarem sempre abertos a quem chega (Rancière 2010, 59– 60), por eles próprios se tornarem, constantemente, recém-chegados.

Para as práticas de *commoning* se tornarem importantes pré-figurações de uma sociedade emancipada, o *commoning* deve manter-se uma luta colectiva para re-apropriar e transformar, ao mesmo tempo, o bem/riqueza comum da sociedade (Hardt and Negri 2009, 251 – 253). Experiências colectivas como aquelas de uma cidade autogerida na Praça Syntagma e as experiências pós-Dezembro das assembleias de bairro e iniciativas (incluindo a ocupação Navarinou Park) podem construir um exemplo inspirador de uma cultura baseada na igualdade, solidariedade e invenção colectiva, apenas quando estas se mantêm contagiantes, osmóticas e capazes de estender valores e práticas igualitárias para além dos seus limites.

Instituições dominantes legitimam a desigualdade, distinguindo entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem, entre aqueles que podem tomar decisões e aqueles que as devem executar, entre aqueles que têm direitos específicos e aqueles que são privados deles. Assim, instituições dominantes focadas na produção e uso do espaço público são, essencialmente, formas de autorização que sustentam determinadas autoridades e que procuram direccionar os comportamentos dos utilizadores do espaço público (Stavrides 2012, 589).

Existem também instituições dominantes que aparentam encontrar-se enraizadas numa igualdade abstracta: pessoas reais com características, necessidades e sonhos diferenciados são reduzidas a sujeitos neutralizados de direitos. Assim, regras gerais aparecem no espaço público como estando direccionadas a utilizadores homogéneos, que podem ter acesso a um lugar específico a horas do dia precisas (ou a quem não é permitido “pisar a relva” ou outra coisa).

Em ambos os casos, instituições dominantes classificam e predizem tipos de comportamento e lidam apenas com aquelas diferenças que são fixadas e perpetuadas através de classificações que elas estabelecem. Instituições de *commoning* estabilizadas numa comunidade estável e bem definida podem muito bem comportar-se como instituições dominantes na forma como regulam os direitos e acções das pessoas. Existem diferenças óbvias em termos de conteúdo: uma instituição que procura garantir uma certa forma de igualdade (não importa o quão abstracta) é diferente de uma instituição que impõe abertamente alguma forma de discriminação. Instituições de um *commoning* expansível, contudo, diferem das dominantes não só em termos de conteúdo mas também em termos de forma. Isto constitui-as como “artifícios sociais” potencialmente diferentes que são orientados para diferentes vínculos

sociais. Tais instituições estabelecem, primeiro que tudo, a base de comparação entre diferentes sujeitos de acção e também entre diferentes práticas. Os sujeitos de acção e as próprias práticas tornam-se comparáveis e relevantes: o que está em jogo é inventar formas de colaboração baseadas não em homogeneização mas sim em multiplicidade (Hardt and Negri 2005, 348 – 349).

A comparabilidade, no entanto, não é suficiente. Instituições de *commoning* necessitam de oferecer oportunidades bem como ferramentas para a tradução de diferenças entre visões, entre acções e entre subjectividades, uma para a outra. Se a comparabilidade é baseada no necessário e constitutivo reconhecimento de diferenças, a tradutibilidade cria as bases para as negociações entre as diferenças sem as reduzir a um denominador comum. “Uma comunidade emancipada é uma comunidade de narradores e tradutores” (Rancière 2009, 22 and 17– 20). Isto, obviamente, é bastante difícil, dado que taxonomias dominantes tendem a bloquear aqueles processos de criação de uma base comum socialmente reconhecida que não seja baseada na predominância das elites dominantes. A tradução procura correspondências mas não pode e não deve aspirar a estabelecer um espelhamento desobstruído e absoluto de uma linguagem para a outra. O mesmo faz ou deveria fazer uma instituição que mantém viva a potencialidade expansiva de *commoning*. De facto, “... o comum é sempre organizado em tradução” (Roggero 2010, 368).

Uma terceira característica das instituições de um *commoning* expansível tem fortes raízes na história das sociedades humanas. Antropólogos sociais têm documentado extensivamente a existência de mecanismos em certas sociedades que previnem ou desencorajam a acumulação do poder. Dependendo do caso, estes mecanismos eram focados na distribuição igualitária da comida recolhida, no ritual de destruição de riqueza, na sacrifício simbólico de líderes, em carnavalescas reversões de papéis, etc.

Se as instituições de *commoning* têm como objectivo serem capazes de suportar uma constante abertura dos círculos de *commoning*, elas necessitam sustentar mecanismos de controlo de qualquer potencial acumulação de poder, seja em indivíduos seja em grupos específicos. Se a partilha é para ser o princípio orientador de práticas de auto-gestão, então a partilha do poder é simultaneamente a pré-condição de uma partilha igualitária e o seu fim último. A partilha igualitária, a qual necessita de ser capaz de incluir “recém-chegados”, tem de ser encorajada por uma sempre expansível rede de instituições que se auto-governam. Tais instituições podem realmente ser “abertas” e “perpetuamente em fluxo” (Hardt and Negri 2009, 358– 359) mas em formas bastante específicas conectadas com as práticas de um *commoning* expansível. O poder é, em primeiro lugar e antes de tudo, o poder para decidir. Se, contudo, o poder de decidir é distribuído igualmente através de mecanismos de participação, então o poder deixa de dar a certas pessoas a oportunidade (legitimada ou não) de impor a sua vontade em outros.

Talvez o que as experiências colectivas de um *commoning* espacial em Atenas durante esta crise, modestamente apontam, é a possibilidade de reclamar a cidade como uma obra de arte colectiva (Lefebvre 1996, 174). Conceber espaços comuns significa, assim, algo mais do que ter sucesso na re-apropriação de pequenas partes de espaços abertos ainda disponíveis. Significa, explicitamente ou implicitamente – por vezes em total consciência, outras não – descobrir o poder de criar novas ambiguidades, possivelmente contraditórias mas instituições de *commoning* sempre abertas. Espaço, o verdadeiro espaço físico, mas também metafórico, espaço imaginário, tornar-se não só o palco que é necessário para ver aquelas instituições funcionarem: o espaço configura instituições de *commoning* e é configurado por elas.

Na cidade capitalista contemporânea as pessoas têm de inventar formas de vida para poderem sobreviver. Para permitir a libertação do poder de fazer (Holloway 2010, 246 – 247), o qual o capitalismo captura e armadilha continuamente nos seus mecanismos, precisamos de participar na criação de espaços e instituições de um *commoning* expansível. Se a autonomia tem qualquer significado como um atrevimento anti-capitalista, então tem de ser construído dentro-contra-e-além da metrópole, por perturbar taxonomias dominantes de espaços urbanos bem como as taxonomias dominantes das acções políticas.